



Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Franca

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 24/10/1943

BASE TERRITORIAL:

Municípios de Franca, Alinópolis, Araminas, Batatas, Brodósqui, Buritzel, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jardinópolis, Jariquera, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rialma, São Joaquim e São José da Bela Vista

SEDE PRÓPRIA: Rua Cavalcete Patrágia, 459 - CEP 14405-327 - Fone (16) 3723-8610 - FRANCA-SP
E-mail: sindmoto@francaet.com.br

inclusive aguardando transporte, referido tempo não será considerado tempo à disposição. Nos termos da lei 13.467/2017, não são devidas horas a disposição decorrentes de eventual tempo de percurso realizado em ônibus fornecido, a qualquer título, pelo empregador.

INTERVALO PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – INTERVALO PARA REPOUSO E REFEIÇÃO

Como a Empresa trabalha no regime de mais de uma pegada, em razão das peculiaridades do transporte de passageiros, fica estabelecido que os intervalos para repouso e refeição possam ser elásticos até o limite máximo de 04h30 (quatro horas e trinta minutos), tendo em vista a possibilidade facultada pelo artigo 71 da CLT.

Parágrafo Primeiro: Ante a faculdade trazida pelo §5º, do art. 71 da CLT, o intervalo intrajornada poderá ser reduzido de forma unilateral pela empregadora, respeitado o gozo pelo empregado de no mínimo 30 minutos de descanso.

Parágrafo Segundo: O intervalo não será computado na jornada de trabalho dos empregados e não será considerado como hora à disposição, sendo certo que nas pausas os empregados serão liberados e não permanecerão à disposição da empregadora.

Parágrafo Terceiro: Eventual infração ao intervalo intrajornada poderá ser indenizada pela empresa em holerite, nos termos da lei, observando o tempo faltante para completar o limite estabelecido no § 1º da presente cláusula (30 minutos) ou de 01 hora nos casos em que não se aplicar a redução do intervalo.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMASEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A empresa aceitará os atestados médicos e odontológicos, desde que contenham a devida identificação do médico/dentista e seu CRM/CRO, passados por conveniados, mediante apresentação e conferência/analise do médico do trabalho da empregadora. Em caso de urgência médica serão aceitos quaisquer atestados médicos independentemente de convênio, respeitado a necessidade de submissão do documento ao médico do trabalho da Empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - APURAÇÃO DE FALTA

Aplica-se a todos empregados em conformidade com a CLT.

Parágrafo Único: Não serão abonadas as faltas por acompanhamento médico de familiares, mesmo com a apresentação do respectivo atestado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- EMPREGADO ACIDENTADO

Será assegurada estabilidade ao empregado acidentado no trabalho, assim reconhecido em razão da emissão de CAT pela empresa e concomitantemente da ocorrência de afastamento superior a 15 dias e conseqüente percepção de auxílio-acidentário, conforme artigo 118 da Lei 8.213/91 e Súmula 378, II do TST. A ocorrência de acidente de trajeto, equiparada a acidente de trabalho para fins meramente previdenciários, deverá ser imediatamente comprovada à